



CONSULTA PRÉVIA

CPV 04/2024

**AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA 100% ELÉTRICA, COM
TRANSFORMAÇÃO PARA SAD**

CONVITE

AGOSTO 2024

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1. Nos termos do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho (doravante designado abreviadamente por CCP), convida-se V. Exas. a apresentarem proposta, em conformidade com os artigos 56.º a 66.º do supracitado diploma legal, para a **“Aquisição de uma viatura 100% elétrica, com transformação para SAD”**.
2. O presente procedimento encontra-se classificado com o código CPV 04/2024 principal 34114300-2 - Veículos para serviços de assistência social, no Vocabulário comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, doravante designada por SCM Mirandela, pessoa coletiva n.º 501 110 860, sita na Praça 5 de Outubro n.º 16 e 17, 5370-491 Mirandela, com o número de telefone 278 201 030, fax: 278 262 977 e endereço de correio eletrónico: geral-scomm@sapo.pt.

ARTIGO 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, em reunião realizada em 01 de agosto de 2024.

ARTIGO 4.º

FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DE CONSULTA PRÉVIA

1. A Santa Casa da Misericórdia de Mirandela submeteu uma candidatura no âmbito da Componente 3 Respostas Sociais (C3) do Plano de Recuperação e Resiliência do Investimento RE-C03-i01.m04: Mobilidade Verde Social – Aquisição de veículos elétricos nos termos do Aviso n.º 08/C03-i01/2023, com o objetivo de promover a

aquisição de viaturas 100% elétricas, adaptadas às necessidades das instituições, dos serviços que prestam e das pessoas beneficiárias.

2. Na sequência da aprovação da referida candidatura e dada a impossibilidade da SCM de Mirandela assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização, é necessário adquirir uma viatura 100% elétrica, com transformação para Serviços de Apoio Domiciliário (SAD) a um operador económico, o que torna essencial o presente procedimento.
3. A escolha do procedimento para a formação do contrato, em causa, baseia-se no valor do contrato a celebrar e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea b) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, do disposto no artigo 18.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

ARTIGO 5.º

PREÇO BASE

1. O preço base é o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. O valor base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como, os preços atualizados do mercado obtidos através de consulta preliminar, prevista no artigo 35.º-A do CCP.
3. O preço contratual máximo encontra-se definido na cláusula 15.ª do Caderno de Encargos.

ARTIGO 6.º

ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão prestados pelo Júri do procedimento, no uso de competência delegada por deliberação da Direção da Entidade Adjudicante.

ARTIGO 7.º

ESCLARECIMENTOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, até ao último dia correspondente ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados pela mesma via, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas.

3. Os esclarecimentos prestados serão também juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 8.º

ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, uma lista que identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. A pronúncia sobre os erros e omissões referidos nos números anteriores será disponibilizada pela entidade adjudicante, pela mesma via e junta às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. As retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 9.º

AGRUPAMENTO

Nos termos do n.º 2 do artigo 117.º do CCP, as entidades convidadas não podem integrar um agrupamento, uma vez que a escolha do procedimento para a formação do presente contrato fundamenta-se na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

ARTIGO 10.º

ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

- a) Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
- c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclude a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.
- e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do adjudicatário que os submetem.
- f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica de quem o submeta, atestando a sua conformidade com o documento original.

CAPÍTULO II – PROPOSTAS

ARTIGO 11.º

PRAZO E MODO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. A proposta, bem como os documentos que a instruem, deverão ser apresentados até às **17h00m00s do 7.º dia (consecutivo)**, pelo concorrente ou seu representante, após disponibilização das peças do procedimento (convite e caderno de encargos), através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, disponível no endereço eletrónico: www.acingov.pt, devendo cumprir com o disposto no artigo 10.º do presente convite.

ARTIGO 12.º

PROPOSTA E DOCUMENTOS QUE A CONSTITUEM

1. O concorrente deverá fazer acompanhar a sua proposta, dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no CCP, designadamente em conformidade com o artigo 57:
 - a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao CCP também anexo a este convite (Anexo I) (já com as alterações previstas no artigo 23.º da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - b) **Proposta de preço**, de acordo com o **Anexo III** do presente Convite, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - c) **Declaração de Independência da Proposta**, elaborada em conformidade com o **Anexo IV** ao presente programa de procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - d) **Documento com a descrição das características técnicas** da viatura a fornecer, devidamente assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - e) Documentos comprovativos de que todos os equipamentos propostos possuem certificação CE, se aplicável;
 - f) Certidão permanente da empresa ou código de acesso à mesma, se o concorrente for uma pessoa coletiva;
 - g) No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s), para vincular a empresa através da análise da certidão permanente, deve ser ainda entregue um documento que permita verificar os poderes do(s) assinante(s) (procuração ou documento equivalente);
 - h) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do nº 1 do artigo 57º do CCP.
2. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.
3. Para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.

ARTIGO 13.º**IDIOMA DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA**

Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

ARTIGO 14.º**PREÇOS DA PROPOSTA**

1. Todos os preços da proposta deverão ser indicados em algarismos e não devem incluir o IVA.
2. Os preços unitários, os preços parciais e o valor global da proposta deverão ser apresentados no máximo com 2 casas decimais.
3. Se os valores unitários, os valores parciais e/ou o valor global da proposta forem apresentados com mais do que duas casas decimais, serão arredondados à centésima superior se a milésima for superior ou igual a 5. Se a milésima for inferior a 5, serão arredondados à centésima inferior.
4. Os preços resultantes da retificação oficiosa nos termos do número anterior serão os que vigorarão para a determinação do preço global da proposta, bem como durante a globalidade do prazo de execução do contrato.
5. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
6. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

ARTIGO 15.º**CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A adjudicação será efetuada, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade monofator, sendo o critério de avaliação o preço global da proposta, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com a alínea b), n.º 1, artigo 74.º do CCP.
2. A ordenação das propostas será efetuada de forma decrescente e obtida da aplicação do critério de adjudicação.

ARTIGO 16.º**CRITÉRIO DE DESEMPATE**

Aplicado o critério de adjudicação referido no artigo anterior, em caso de empate, para efeito de ordenação das propostas, será realizado um sorteio, conduzido pelo júri do procedimento, na presença dos Concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade adjudicante. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos Concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma pontuação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos Concorrentes admitidos.

ARTIGO 17.º**PROPOSTAS VARIANTES**

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta variante, considerando-se como tal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 59.º do CCP, a proposta que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

ARTIGO 18.º**NEGOCIAÇÃO**

A proposta não está sujeita a negociação.

ARTIGO 19.º**PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das mesmas.

CAPÍTULO III – ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**ARTIGO 20.º****ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

1. A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados, sendo analisados em todos os seus atributos, termos e condições e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no artigo 15.º, do presente Convite.
2. As propostas de cuja análise resulte a verificação de qualquer causa de exclusão, não serão objeto de avaliação.

3. Serão excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º, por remissão do disposto no n.º 2 do artigo 122.º, e no artigo 70.º, todos do CCP.
4. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Convite.

ARTIGO 21.º

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão da proposta.

ARTIGO 22.º

SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES ÀS PROPOSTAS

1. O Júri do procedimento procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
2. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.

ARTIGO 23.º

RELATÓRIO PRELIMINAR

1. Após a análise das propostas, o Júri do procedimento elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas, após a operacionalização do critério de adjudicação.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o Júri do procedimento deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas e fazer referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.
3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

ARTIGO 24.º

AUDIÊNCIA PRÉVIA

Após elaboração do relatório preliminar, o júri do procedimento procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo para, no prazo de 3 (três) dias úteis, se pronunciarem, por escrito através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 123.º do CCP.

ARTIGO 25.º

RELATÓRIO FINAL

1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o Júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no artigo 20.º do presente Convite.
2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri do procedimento procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

CAPÍTULO IV – ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 26.º

DEVER DE ADJUDICAÇÃO

1. Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri do procedimento, aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as apresentadas.
2. Depois de tomada a decisão de adjudicação, por parte da Entidade Adjudicante, será a mesma notificada ao concorrente até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do CCP.

CAPÍTULO V – HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

ARTIGO 27.º

CAUÇÃO

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 2, do art.º 88 do CCP.

ARTIGO 28.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Para efeitos de contratação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) **Declaração emitida conforme Anexo II do CCP**, que faz parte integrante deste convite (Anexo II), já com as alterações previstas no artigo 23.º da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar;
 - b) **Documento comprovativo da regularização da situação contributiva** para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) **Declaração comprovativa da situação tributária regularizada**, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) **Documento comprovativo** de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h), do artigo 55.º do CCP, designadamente, **certificado de registo criminal** ou, na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente;
 - e) **Declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio (Anexo V ao presente convite)**, devidamente assinada pelo concorrente ou representante que tenha poderes para obrigar;
 - f) Comprovativo do Registo Central de Beneficiário Efetivo e/ou código de acesso online para consulta eletrónica;
2. O órgão competente para decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

ARTIGO 29.º**PRAZOS E MODO PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE
HABILITAÇÃO**

1. Os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. Os documentos de habilitação deverão ser assinados pelo concorrente ou por representante com poderes para obrigar a entidade, nos termos do disposto no Artigo 10.º do presente Convite.
4. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de envio da notificação de adjudicação, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.
5. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de 2 (dois) dias úteis.
6. A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no n.º 4 do presente artigo para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 3 dias úteis.
7. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

ARTIGO 30.º**CAUSAS DE NÃO ADJUDICAÇÃO**

1. Não há lugar à adjudicação quando a proposta apresentada seja considerada inaceitável pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 2 do artigo 146.º do CCP, por remissão do n.º 2 do artigo 122.º todos do CCP.
2. Constitui igualmente causa de não adjudicação qualquer das condições fixadas no artigo 79.º do CCP.
3. Caso se verifique a não adjudicação, o concorrente será notificado da correspondente decisão, das medidas a adotar de seguida e dos respetivos fundamentos.

ARTIGO 31.º**REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO**

O contrato será, nos termos do artigo 94.º do CCP, reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

ARTIGO 32.º**ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, ao adjudicatário.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 33.º**OUTORGA DO CONTRATO**

1. A eventual outorga do contrato, terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP.
2. A Entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, a data limite da outorga e remessa do contrato.
3. A data para outorga do contrato poderá ainda ser fixada por acordo das partes, dispensando a formalidade indicada na alínea anterior.

CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS**ARTIGO 34.º****ENCARGOS DO CONCORRENTE**

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação de caução, se aplicável.
2. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são, de harmonia com o disposto no artigo 94.º do CCP, da responsabilidade da Entidade Adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

ARTIGO 35.º**FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações

determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

ARTIGO 36.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que for omissa no presente, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho e demais legislação aplicável.

ARTIGO 37.º

ANEXOS

Em anexo remete-se:

- o **Anexo I** - Modelo de declaração (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio);
- o **Anexo II** - Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, na redação dada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio];
- **Anexo III** - Modelo de proposta de preço;
- **Anexo IV** – Modelo de declaração de independência da proposta;
- **Anexo V** - Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio;
- o **Caderno de Encargos**, inerente ao procedimento em causa, elaborado de acordo com o artigo 42.º do CCP.

O PROVIDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MIRANDELA

(Adérito Manuel Meneses Cardoso Gomes)

ANEXO I

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de consulta prévia, para a “Aquisição de uma viatura 100% elétrica, com transformação para SAD” com referência CPV 01/2024, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a

caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º do CCP

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e do Artigo 10.º do Convite

Contém as alterações dos seguintes diplomas:

- Lei n.º 30/2021 de 21 de maio

ANEXO II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de consulta prévia, para a “Aquisição de uma viatura 100% elétrica, com transformação para SAD”, com referência CPV 01/2024, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – A declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP e do Artigo 10.º do Convite

Contém as alterações dos seguintes diplomas:

- Lei n.º 30/2021 de 21 de maio

ANEXO III

Modelo de proposta de preço

(Nome do concorrente), com sede na (morada do concorrente), pessoa coletiva nº _____, com a dimensão _____ [escolher uma das seguintes opções: grande; média; micro; pequena; micro pequena ou média], obriga-se a fornecer a viatura objeto da consulta prévia, com referência CPV 01/2024, relativa à “Aquisição de uma viatura 100% elétrica, com transformação para SAD”, em conformidade com as peças do procedimento, pelo valor contratual global de _____€, englobando todas as despesas inerentes ao fornecimento, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, sendo consideradas as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

A viatura objeto do contrato será entregue no prazo máximo de 120 dias consecutivos, após a data de entrada em vigor do contrato.

Mais declara que no valor proposto, acima indicado, estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela SCM Mirandela, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

À quantia supramencionada incidirá o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor em vigor.

A presente proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Em anexo enviamos os documentos da proposta de acordo com o solicitado no Convite.

[assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal (ais), nos termos do Artigo 10.º do Convite

ANEXO IV

Modelo de declaração de Independência da Proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento CPV 01/2024 relativo à “Aquisição de uma viatura 100% elétrica, com transformação para SAD”, declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

[assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal (ais), nos termos do Artigo 10.º do Convite]

ANEXO V**Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio**

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no procedimento de formação do contrato n.º CPV 01/2024 relativo à “Aquisição de uma viatura 100% elétrica, com transformação para SAD”, declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

[assinatura eletrónica do(s) representante(s) legal (ais), nos termos do Artigo 10.º do Convite